

05 DEZ 1995

Brasil

# Um balanço da economia brasileira

Antônio Corrêa de Lacerda (\*)

A economia brasileira apresenta avanços inegáveis no ponto de vista da estabilização e crescimento econômico. Pelo terceiro ano consecutivo a economia deve apresentar um crescimento acumulado próximo de 5%. A inflação, que resistia há décadas e que era de cerca de 47% ao mês (mais de 10.000% ao ano!) antes da reforma monetária do real, caiu para cerca de 1,5% ao mês (20% ao ano) nos últimos meses.

Mas não foi somente a engenhosidade do Plano Real o responsável por esse sucesso no combate à inflação. Na verdade, a economia brasileira vive um processo de ajuste estrutural desde 1990, envolvendo a abertura da economia, a privatização e a renegociação da dívida externa, reinserindo o Brasil no cenário internacional. A competitividade empurrou as empresas para a busca de produtividade e qualidade.

Em consequência, houve um aumento considerável da competitividade no mercado, proporcionada pela entrada de novos concorrentes, principalmente os produtos importados. A situação ficou ainda mais acentuada com a entrada do Real. A chamada "âncora cambial" provocou a valorização da moeda local frente às estrangeiras. A consequência é que as importações ficaram mais baratas, não só devido à queda nas alíquotas de importação, mas devido à valorização do câmbio. Este fator veio se somar à considerável redução das alíquotas de importação, que caíram gradativamente e com base em um cronograma previamente negociado com os empresários, de cerca de 55% em 1990 para cerca de 15% hoje.

O choque de competitividade decorrente impactou a balança de comércio brasileira. O aumento das importações e a dificuldade de ex-



portações, provocado pela diferença entre a evolução dos custos internos e o câmbio, causou uma deterioração na balança comercial, que depois de uma série de cerca de quinze anos de resultado positivo deve fechar este ano com um déficit próximo de US\$ 3 bilhões (contra um superávit de US\$ 12 bilhões em 1994).

Do ponto de vista das contas externas, a prática de uma taxa de juros que, na média, tem se situado em cerca de 30% reais ao ano atraiu a entrada de recursos externos. As reservas cambiais hoje situam-se em cerca de US\$ 50 bilhões. Isso, se por um lado dá uma tranquilidade do ponto de vista das contas externas, por outro, tem significado a expansão da dívida pública, que já atinge cerca de US\$ 100 bilhões. O fator juros sobre o estoque da dívida e a colocação de novos títulos no mercado provocou um crescimento de cerca de US\$ 30 bilhões somente nos últimos três meses.

Na área fiscal, apesar do aumento da arrecadação de impostos pelo governo – a carga tributária deste ano deve superar os 30% do PIB (Produto Interno Bruto), superando em muito a taxa histórica de cerca de 25% do PIB –, as contas públicas apontam para um déficit de cerca de 3% do PIB. Este déficit situa-se principalmente na conta dos estados, municípios e empresas estatais, sobre os quais a União não tem muito controle. A maior par-

te do aumento de gastos, deve às despesas com pessoal e aos juros.

Este conjunto de indicadores tem levado a um certo consenso por parte dos analistas econômicos, de que a estabilização duradoura somente será conseguida mediante a um profundo ajuste nas contas públicas. Somente uma readequação dos grandes passivos do setor público, que vai dar condições para a prática de políticas fiscal e monetária ativas.

Outro aspecto é o chamado "custo Brasil", ou o conjunto de entraves que prejudicam a competitividade dos produtos brasileiros, como uma taxa de juros de mercado superiores a 30% reais ao ano, um sistema tributário complexo e ineficiente, a excessiva burocracia dos órgãos públicos e a precária situação da infra-estrutura.

O desafio importante para a economia brasileira nos próximos anos e que está diretamente relacionado à consolidação da estabilização e à redução do "custo Brasil" é um crescimento econômico que garanta a melhora da qualidade de vida da população. O crescimento econômico deve ser suficiente para gerar empregos e diminuir a enorme diferença social existente na sociedade. A concentração de renda, que restringe a apenas 10% da população cerca de 50% da renda nacional é um fator de inibição da ampliação do mercado interno e da própria estabilização da economia.

Para absorver o contingente de cerca de 1,5 milhão de novos trabalhadores que ingressam anualmente no mercado de trabalho e superar o ganho médio de produtividade, é preciso que o País cresça a taxas superiores a 7% ao ano, que aliás foi a taxa histórica observada nos

últimos 40 anos anteriores à "década perdida" dos anos 80.

Para propiciar este nível de crescimento sustentado é preciso romper o ciclo de "stop and go", vivenciado há quinze anos e viabilizar um nível de investimentos superior a 23% do PIB. Atualmente a taxa de investimento não passa de 17% do PIB, está apresentando uma melhora positiva, mas ainda aquém do necessário.

Para viabilizar essa taxa de investimentos, é preciso recuperar e incentivar a capacidade de formação de poupança

interna, assim como sanear o Estado brasileiro que perdeu a sua capacidade de gerar poupança positiva. É preciso concentrar a atuação do Estado nas suas atividades principais, como saúde, educação e saneamento e canalizar os recursos hoje disponíveis no mercado e absorver capitais de investimento direto estrangeiro.

As melhoras qualitativas da economia brasileira têm atraído cada vez mais a atenção dos investidores estrangeiros. Em vários segmentos o Brasil tem se tornado centro de competência

para a América Latina e mesmo em nível mundial. O volume do mercado interno e o aumento das vantagens competitivas têm significado um importante passo para a atração cada vez maior de investimentos estrangeiros, consolidando o intercâmbio brasileiro internacional, cujo estoque de investimentos diretos realizados já supera os US\$ 80 bilhões.

(\*) Antônio Corrêa de Lacerda é economista-chefe da Siemens S.A., presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo (Corecon-SP) e professor de economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).